

RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.824 - SP (2013/0220851-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : R H DE M
RECORRENTE : R S D
RECORRENTE : E R
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por R. H. DE M. e R. S. D., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial acostado às e-STJ fls. 3.055/3.071, *in verbis*:

Trata-se de Recurso Especial fundado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, interposto por R H DE M, R S e E R, visando à reforma do v. Acórdão proferido pela Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, por unanimidade, negou provimento aos recursos de Apelação (Processo nº 0006161- 54.2001.4.03.6181/SP).

Segundo se extrai dos autos, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra E. R. e M. R. R., pela prática do delito previsto no artigo 171, §3º do Código Penal, e R. H. DE M., S. A. E S. F. e R.S. D., pela prática da conduta prevista no artigo 171, §3º c/c o artigo 29, ambos do Código Penal, segundo a seguinte narrativa da inicial:

[...]

Em 25 de maio de 2010, o MM. Juiz Federal Substituto da 8ª Vara Federal Criminal de São Paulo julgou parcialmente procedente a Ação Penal para

a) absolver M R R da imputação da prática do delito previsto no artigo 171, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal;

b) absolver S. A. E. F. da imputação criminal prevista no artigo 171, §3º, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal;

c) condenar E. R. à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e 32 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 171, §3º, do Código Penal;

d) condenar R. H. DE M. à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e 32 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 171, §3º, do Código Penal;

e) condenar R. S. D. à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto e 32 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 171, §3º do Código Penal.

Diante disso, as Defesas de R. H. D. M., R. S. D. e E. R. interpuseram Apelações Criminais.

Apreciando o feito, a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negou provimento aos recursos defensivos, conforme ementa do acórdão adiante transcrita:

[...]

Inconformados, E. R., R. H. DE M. e R. S. D. interpuseram Recurso Especial.

R. H. DE M. e R. S. D., interpuseram seu recurso com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Sustentam que foram assistidas durante todo o procedimento por advogado devidamente constituído que, inclusive, interpôs recurso, de Apelação. Entretanto, alegam que quando os autos foram encaminhados à instância superior para apreciação do recurso, não houve qualquer manifestação defensiva por parte do advogado, nem mesmo após ser intimado.

Dizem que "Dessa forma, em que pese ter havido intimação regular do patrono das rés, os fatos sugerem ter havido abandono da causa pelo referido causídico, visto que silenciou sobre o prosseguimento de seus trabalhos na defesa, enfatizando, neste caso, que, 'Sendo assim, nas rusgas de tal entendimento, deve-se adotar as providências previstas no art. 265, caput, do Código de Processo Penal, para que sejam os antigos patronos sancionados pelo flagrante abandono de causa que faz ser obrigatório a atuação da Defensoria Pública no feito (...) Neste passo, cumpre acrescentar que o Ministério Público Federal, a fis. 2485/2489. foi favorável à condenação no pagamento da multa, de maneira que o simples encaminhamento do caso à OAB, para adoção de providências administrativas, como foi feito a fis. 2503, sem o pagamento da multa-prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal, revela patente negativa de vigência ao supracitado diploma legal. " (e-STJ Fls. 2944/2945) Aduzem que "em que pese não estar categoricamente comprovada a inocência das recorrentes, também não está suficientemente demonstrada a autoria do delito em epígrafe. E, como cediço, impossível a prolação de decreto condenatório sem que haja claro e vigoroso conjunto probatório em desfavor do Réu. No entanto, não foi capaz a acusação e produzir provas aptas para tanto" (e-STJ Fi. 2949)

Afirmam que o acórdão recorrido ofende a Súmula 444 do STJ porque "no que tange aos eventuais maus antecedentes juntados às fls. 2268/22

73, no tocante a ré R., e às fls. 22 74/22 79, no tocante à ré R., esses não podem ser considerados, uma vez que o trânsito em julgado dos crimes anteriormente cometidos se deram após os fatos ora analisados" (e-STJ Fl. 295 1)

Sustentam que, excluindo-se os maus antecedentes e a reincidência, de acordo com os pedidos feitos, haverá diminuição da pena aplicada, de modo a permitir a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, eis que a reprimenda fixada será inferior a 4 anos de reclusão e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

Por fim, no que diz respeito ao regime de cumprimento da pena, alegam que, com a exclusão da reincidência, há a possibilidade de aplicação do disposto no artigo 33, §20, "c", do Código Penal, podendo fixar o regime inicial de cumprimento da reprimenda como aberto.

Requerem o conhecimento e provimento do Recurso Especial para a) aplicar a pena de multa do artigo 2 65, do Código de Processo Penal; b) absolvição das Recorrentes; c) subsidiariamente, redução da pena fixada; d) substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos; d) determinação do cumprimento da pena em regime inicial aberto.

Contrarrazões às e-STJ Fís. 2988/3009.

Em sede de juízo de admissibilidade, a Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal admitiu o recurso de R. H. DE M. e R. S. D. (e-STJ Fís. 3012/3014) e não admitiu o recurso de E. R. (e-STJ Fís. 3015/3023).

Ao final, o Parquet Federal opinou pelo provimento do recurso para que seja aplicada a multa do art. 265 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Consoante dispõe o art. 110, § 1º, do Código Penal, "a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa" (redação dada pela Lei n. 12.234, de 2010).

No caso, tendo em vista que a pena imposta às recorrentes não excede 4 anos, a pretensão punitiva prescreve em 8 anos, conforme prevê o art. 109, inciso IV,

do Código Penal, *verbis*:

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).

[...]

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

Dessa forma, tendo em vista que, entre o dia da publicação da sentença condenatória (maio de 2010, conforme e-STJ fl. 2.741) e a presente data, transcorreu prazo superior a 8 anos, é forçoso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal, na modalidade intercorrente.

Ante o exposto, com fulcro no art. 107, IV, do Código Penal, c/c o art. 61 do Código de Processo Penal, declaro **extinta a punibilidade** das rés, pela prescrição da pretensão punitiva, e julgo **prejudicado** o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator